INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE
E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PORTARIA N° 81 DE 13 DE JUNHO DE 2001.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 2º, X, e 24, da Estrutura Regimental anexa ao Decreto nº 3.833, de 05 de junho de 2001, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, e pelo Decreto s/nº de 16 de janeiro de 2001, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, e tendo em vista as disposições do art. 2º da Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, do Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999, da Portaria IBAMA nº 72, de 31 de outubro de 2000, e o constante do processo IBAMA/MMA Administração Central 02001.001840/97-20 e:

Considerando que a Lei n.º 7.679, de 23 de novembro de 1988, estabelece que o Poder Executivo por seus atos poderá, para proteção da fauna aquática e atendendo às peculiaridades regionais, adotar as medidas necessárias ao ordenamento pesqueiro;

Considerando o disposto no art. 20 da Constituição Federal que estabelece como bens de domínio da União: os rios, lagos e quaisquer correntes de água situadas em terrenos de seu domínio; ou que sirvam de limite entre dois ou mais listados; ou que banhem mais de um Estado; ou que sirvam de limite com outros países; ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham; bem como, os terrenos marginais; as praias fluviais; as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a faixa de fronteira;

Considerando que a fauna e a flora aquáticas são bens de domínio público, constituindo recursos ambientais indispensáveis ao equilíbrio dos ecossistemas aquáticos, e que ao IBAMA incumbe a sua proteção, administração e fiscalização, dispondo de poder para restringir seu uso e gozo;

Considerando a observação de diminuição do estoques pesqueiros na bacia do rio Araguaia e o dever do Poder Público de agir, ainda que por precaução, adotando medidas para conservação do meio ambiente;

Considerando a ocorrência de aumento do número de pescadores amadores na calha do rio Araguaia durante o mês de julho e o conseqüente impacto causado aos estoques pesqueiro ali existente e a necessidade emergencial e temporária de reduzir esse impacto,

Considerando que durante o mês de julho o nível de água do rio Araguaia encontra-se baixo, e com a formação de grandes cardumes de peixes movimentando-se em direção à cabeceira do rio, estes peixes ficam mais vulneráveis,

RESOLVE:

Art. 1º - Limitar, na pesca amadora, a cota de captura de pescado a 5 kg (cinco quilogramas) ou um exemplar por pescador, para consumo no local, respeitados os tamanhos mínimos de captura estabelecidos, na bacia do rio Araguaia, no período de 1º de julho a 31 de julho de 2001.

Art.2º No período estabelecido no art. 1º, fica proibido o transporte de pescado por pescadores amadores na região banhada pelo rio Araguaia, compreendendo os Estados de Goiás, Mato Grosso, Tocantins e Pará.

Parágrafo único: O pescado oriundo de outros Estados deve estar acompanhado de documentação que comprove sua origem.

Art. 3º - Aos infratores desta portaria, aplica-se o disposto no Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999, e demais legislações complementares.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor em 1º de julho de 2001.

HAMILTON NOBRE CASARA
PRESIDENTE DO IBAMA